



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 3 - 02 de março de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Lamy reitera pedido de resistência ao protecionismo e de conclusão da Rodada Doha.....	1
Índia busca proteger medicamentos tradicionais.....	2

NOTÍCIAS REGIONAIS

Reunião entre Uribe e Lula visa à diversificação e ao aprofundamento da relação bilateral.....	4
Países andinos parcialmente satisfeitos com 1ª Rodada de negociação com a UE.....	6

BREVES MULTILATERAIS

PNUMA promove New Deal Verde.....	7
OMC sugere ao Japão aumentar a produtividade.....	9

BREVES REGIONAIS

Desavenças comerciais entre Brasil e Argentina permanecem.....	9
Impasses nas negociações de APE entre África central e UE.....	11

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Eventos.....	12
Informações Úteis.....	13

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Lamy reitera pedido de resistência ao protecionismo e de conclusão da Rodada Doha

Durante viagem à Ásia na semana passada, o líder da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, reiterou seus recentes apelos para que a Rodada Doha seja concluída rapidamente, referindo-se às negociações comerciais como “a melhor política de segurança contra as intenções protecionistas”.

Lamy também pediu aos países que coordenem suas respostas à crise econômica global e que trabalhem no sentido de reconstruir a confiança nos bancos e nas demais instituições financeiras.

Em discurso proferido em 23 de fevereiro, o Diretor-Geral afirmou a oficiais coreanos em Seul, Coreia do Sul que o futuro é incerto e que ainda é cedo para julgar se estamos no final desta recessão ou somente em seu início.

Lamy completou, ainda, que uma coisa é certa: a profundidade e o escopo da crise estão diretamente relacionados à capacidade individual dos países de formular uma ação conjunta global para re-injetar confiança nos sistemas econômico e social. Tal confiança emanará da reforma do sistema financeiro e do controle dos balancetes dos bancos. Lamy afirmou, também, que a resolução desta questão não pode esperar e que o cenário não mudará até que e somente se essa reforma ocorrer.

No que se refere ao comércio, Lamy insistiu para que os governos evitem a imposição de novas barreiras, de modo a proteger a indústria doméstica do impacto gerado pela crise econômica. Resistir a tais medidas – sejam elas sob a forma de tarifas, medidas *anti-dumping*, subsídios,

ou exigências de abastecimento doméstico – é crucial para colocarmos a economia global de volta em seus trilhos.

Ao reiterar um pedido já feito diversas vezes neste ano, Pascal Lamy ressaltou a importância de concluir a Rodada Doha – a qual já dura cerca de oito anos. O Diretor-Geral afirmou, ainda, que a Rodada constitui uma jornada longa e difícil e que, embora não estejamos no final, não estamos longe. A última milha é certamente difícil, mas merece nossos maiores esforços, completou Lamy.

O Diretor-Geral observou, também, a importância de assegurar que a crise econômica não impeça os países de ganharem acesso a níveis suficientes de comércio na área de finanças – o motor do comércio global. Lamy notou que um dos resultados da crise financeira atual foi a queda nos fluxos de comércio internacionais.

Ninguém escuta?

Alguns analistas interpretaram as pressões de Lamy contra o protecionismo – e, particularmente, contra as exigências de abastecimento doméstico – como uma reação negativa aos dispositivos “Buy American” contidos no novo pacote de estímulo estadunidense, ratificado pelo Presidente Barak Obama em finais de fevereiro (ver *Pontes Quinzenal*, Vol 4, No. 2, 16 fev. 2009).

Entretanto, Pascal Lamy afirmou a jornalistas, durante entrevista coletiva, que apesar de passarem uma mensagem protecionista, as exigências de “Buy American” não violam as regras do comércio internacional.

Também na semana passada, a administração estadunidense anunciou que adiará a primeira rodada compreensiva de negociações para o estabelecimento de uma Parceria Transpácífica, por meio da qual seriam estabelecidos acordos de livre comércio dos Estados Unidos da América (EUA) com a Nova Zelândia e com Brunei.

Na ausência de uma forte liderança dos EUA no incentivo de um acordo comercial global, diversos delegados comerciais em Genebra consideram que a Rodada Doha esteja efetivamente “parada”. Dentre os obstáculos à conclusão da Rodada,

destacam-se as mudanças ainda pendentes nas administrações de União Europeia, Índia e Japão.

Mesmo assim, Lamy permanece enfático à necessidade de manter o comércio no centro das atenções e de concluir a Rodada este ano. Em Seul, o Diretor-Geral ressaltou que a próxima reunião do G-20 financeiro representará um “teste de vontade política”, ou seja, um teste a respeito das capacidades das maiores economias mundiais de trabalharem juntas, de mãos dadas, à procura de soluções para evitar que a economia mundial entre em uma crise ainda mais profunda. Lamy acrescentou que a reunião também revelará se os mecanismos globais atuais são capazes de lidar com os desafios globais.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest* Vol. 13, No. 7 - 25 fev. 2009.

Índia busca proteger medicamentos tradicionais

O governo indiano licenciou 200 mil tratamentos locais como bens de propriedade pública, o que torna seu acesso livre para toda a população, vedada a atribuição de marcas para venda.

A iniciativa segue a descoberta revolucionária feita por cientistas em Delhi acerca da extensão da “bioprospecção” de remédios naturais por empresas estrangeiras. O jornal britânico *The Guardian* noticiou o resultado de uma investigação sobre dados do governo que revelou a concessão de cinco mil patentes sob a denominação “plantas medicinais e sistemas tradicionais”, com valor total de US\$ 150 milhões.

“Mais de dois mil itens dessa categoria pertencem aos sistemas indianos de medicina”, afirmou Vinod Kumar Gupta, Diretor na Biblioteca Digital de Conhecimentos Tradicionais (BDCT). Segundo ele, a descoberta suscitou questionamentos acerca da razão pela qual as empresas multinacionais têm gastado milhões de dólares para patentear tratamentos que reputam como ineficientes.

A especialista Patricia Loughlan, em entrevista à rede australiana ABC News, explicou que a principal dificuldade em relação aos medicamentos tradicionais reside no fato de que, muitas vezes, são conhecidos apenas por uma pequena comunidade. Em virtude disso, as grandes empresas farmacêuticas têm a chance de biopiratar essas substâncias – ou seja, patenteá-las e lucrar a partir de sua comercialização, sem que as tenham, na verdade, descoberto.

A investigação do governo revelou que apenas em Bruxelas foram registradas 285 patentes de plantas medicinais conhecidas há tempos na tradição indiana, entre as quais se destacam ayurveda, unani e siddha. Ayurveda consiste num tratamento médico tradicional, enquanto a unani – acredita-se – é originária da Grécia. A siddha, por sua vez, representa um dos mais antigos sistemas médicos oriundos do sudeste indiano. Por tais razões, Gupta requisitou ao governo belga a revogação das patentes, uma vez que já se demonstrou às autoridades belgas que o uso medicinal desses sistemas já era conhecido na Índia.

Pesquisadores indianos passaram os últimos oito anos em trabalhos meticolosos para traduzir antigos textos indianos e compilar informações em uma base de dados que contém detalhes acerca de 200 mil tratamentos. Resultado desses esforços, a BDCT será utilizada pelo Escritório Europeu de Patentes para combater a biopirataria.

No passado, a Índia enfrentou longas e dispendiosas batalhas judiciais para revogar as patentes. Autoridades revelam que, em uma ação que durou 10 anos, o governo gastou mais de US\$ 5 milhões para cancelar as patentes de remédios criados a partir de turmeric e neem, árvores indianas. O governo foi bem-sucedido neste caso em provar que não houve inovação e, dessa forma, os medicamentos não poderiam ser patenteados.

Outra grande apreensão do governo indiano concentra-se na bilionária indústria da ioga, uma antiga prática indiana que tem recebido muitos adeptos, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA). Na Índia, a ioga é considerada um tratamento tradicional, motivo pelo qual Delhi requisitou às autoridades estadunidenses que

registrassem a prática como “marca largamente conhecida”.

Gupta confirmou que seu país tentará impedir a apropriação indevida da marca “ioga”. Para isso, o governo pretende transcrever os textos antigos que contêm as 1.500 posições e exercícios da ioga, de forma a evitar que sejam registrados por terceiros.

A Índia representa um caso atípico em função de seus sete sistemas de saúde nacionais, entre os quais figura a medicina moderna. De acordo com relatórios divulgados em jornais, a medicina tradicional é utilizada por cerca de 80% da população. Ayush, o departamento responsável pela indústria da medicina tradicional indiana, possui orçamento anual correspondente a US\$ 260 milhões.

A iniciativa do governo de combater a biopirataria baseia-se na crença de que a rica biodiversidade dos países em desenvolvimento (PEDs) poderia dar origem a um vasto leque de novas drogas e grãos. Gupta argumenta que a medicina tradicional pode produzir uma nova geração de remédios a preços acessíveis, enquanto os países industrializados levam 15 anos e gastam US\$ 15 bilhões para criar uma droga de sucesso.

Gupta confirma que a iniciativa de desenvolver remédios baratos com base no conhecimento tradicional já se encontra em andamento. Pesquisadores indianos iniciaram uma colaboração com uma empresa farmacêutica estadunidense para fabricar um remédio contra psoríase, que deve ser submetido a testes clínicos ainda neste ano. De acordo com o Diretor da BDCT, se a droga for bem-sucedida, o custo do tratamento será reduzido a US\$ 50, margem muito inferior ao custo atual de US\$ 10 mil.

Conhecimento Tradicional na OMC

A iniciativa com vistas a proteger os medicamentos tradicionais na Índia reflete uma demanda que Nova Délhi – apoiada por países como Brasil, Cuba, Quênia, Paquistão e Suíça, além da União Europeia (UE) – fez à Organização Mundial do Comércio (OMC) recentemente. Especificamente, os países requereram que a proteção da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado a ela sejam integrados ao

Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) da OMC.

O apoio a esse movimento cresceu durante o último verão, quando mais de cem Membros da OMC, entre eles UE, Brasil, China e diversos países africanos, demonstraram seu apoio a uma emenda ao TRIPS para incluir uma cláusula com vistas a proteger o conhecimento tradicional. Ademais, os países insistiram que tal emenda deveria ser incluída no pacote geral da Rodada Doha, ao contrário de ser marginalizada nas negociações sobre comércio global.

Contudo, a proposta de emenda ao TRIPS enfrentou oposição. EUA, Japão, Cingapura, Coreia, Nova Zelândia, Canadá, Austrália e Argentina, entre outros, argumentaram que discussões mais técnicas e evidência empírica seriam necessárias antes de prosseguir nas negociações sobre uma emenda.

Ao fim, não houve progresso no tratamento da questão em razão do entrave nas tratativas multilaterais sobre comércio, em julho do ano passado.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 7 - 25 fev. 2009.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Reunião entre Uribe e Lula visa à diversificação e ao aprofundamento da relação bilateral

Durante sua visita ao Brasil, a agenda do Presidente colombiano, Álvaro Uribe, incluiu reuniões com empresários brasileiros e com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e uma visita ao Senado Federal. Uribe visitou o país nos dias 16 e 17 de fevereiro com duas prioridades: diversificar e aprofundar a relação bilateral.

A cooperação e o intercâmbio comercial entre Colômbia e Brasil têm apresentado tendência

crescente: de 2006 para 2007, as exportações do país andino para o Brasil aumentaram 147% (de US\$ 191 milhões para US\$ 471 milhões). O petróleo é o principal responsável por esse incremento, na medida em que responde por 37,4% do valor total exportado. Carbono, ferro-níquel, resíduos de alumínio e pneumáticos são alguns dos demais produtos que compõem a pauta de exportação

As exportações brasileiras à Colômbia, por sua vez, aumentaram 25% no mesmo período: dos US\$ 1,7 bilhões registrados em 2006, passou-se a US\$ 2,2 bilhões no ano seguinte. Dentre os produtos exportados, destacam-se: aviões, telefones e celulares e produtos à base de ferro ou aço.

Ainda, os investimentos estrangeiros diretos (IED) do Brasil destinados ao país apresentaram um incremento significativo: se, em 2006, estes totalizaram US\$ 20 milhões, em 2007, responderam por US\$ 529 milhões. Nos últimos anos, os IED brasileiros na Colômbia concentraram-se nos setores de construção civil, transporte, comércio e indústria.

Apesar das cifras otimistas, o Presidente colombiano acredita haver mais potencial na relação bilateral, o qual poderia ser desenvolvido a partir da diversificação e do aprofundamento de mecanismos de cooperação e do intercâmbio econômico entre os dois países.

Nesse sentido, Uribe tratou de incluir em sua visita uma reunião com empresários brasileiros, realizada em 16 de fevereiro, em São Paulo, com o objetivo de apresentar os instrumentos de garantia oferecidos pela Colômbia a novos investimentos. Dentre os interlocutores do Presidente colombiano, encontravam-se a Associação de Líderes Empresariais do Brasil, a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Associação Brasileira da Indústria de Carne Bovina (ABIEC), bem como executivos da Odebrecht, Camargo Corrêa, Votorantin e Gerdau.

Uribe sustentou que seu país está “fazendo um esforço para construir confiança; essa é a palavra-chave de nosso governo”. Nesse sentido, apresentou as conquistas de sua gestão nas áreas

de segurança pública e política econômica. Uribe destacou, ainda, o crescimento da taxa de investimento, que aumentou de 12% para 28% do Produto Interno Bruto (PIB) em seu segundo mandato (2006-atual).

Acompanhado dos Ministros do Comércio, Indústria e Turismo, Luis Guillermo Plata, e de Relações Exteriores, Jaime Bermúdez, o Presidente colombiano propôs a formação de um fórum empresarial para a promoção do comércio e investimentos entre os dois países. Uribe manifestou interesse por dois setores em especial. Primeiramente, sugeriu que a Petrobrás assumisse os investimentos da refinaria Cartagena, a segunda maior do país. Em 2006, a multinacional brasileira perdeu a licitação para a suíça Glencore, a qual ofereceu uma proposta mais elevada. Em 2009, a empresa suíça deixará de investir na refinaria.

O Presidente colombiano insistiu, também, para que frigoríficos e produtores de laticínios no Brasil atentassem para a Colômbia como potencial destinatária de seus investimentos, na medida em que o país não possui condições de industrializar a carne e o leite que produz. A reação das empresas presentes na reunião foi positiva. Roberto Giannetti da Fonseca, presidente da ABIEC, afirmou: "Estamos no Uruguai, na Argentina e no Paraguai. Por que não na Colômbia?".

Segundo Mario Marconini, diretor de relações internacionais da FIESP, há interesse brasileiro em investir no país, mas tal cenário poderia ser impulsionado pela concessão de um tratamento aos investidores brasileiros similar àquele oferecido aos estadunidenses.

Em 17 de fevereiro, Uribe participou de uma reunião em Brasília com o Presidente brasileiro. Dentre os diversos pontos debatidos, é possível destacar três: a possibilidade de ação conjunta frente à crise; a viabilidade de um mecanismo de pagamento em moeda local; e a criação de mecanismos com vistas à diversificação das relações comerciais.

Quanto ao primeiro tema, ambos os Presidentes atentaram para a importância da coordenação entre os países da região para enfrentar os efeitos da crise econômica. Nesse sentido, o mandatário colombiano pediu que a demanda dos países em

desenvolvimento (PEDs) por maior transparência no funcionamento dos mercados financeiros internacionais fosse ressaltada na Cúpula do G-20, que ocorrerá em abril, em Londres. Durante a reunião, os Presidentes reafirmaram sua convicção de que a integração regional e o fortalecimento dos fluxos de investimento são essenciais para o crescimento econômico e a "preservação dos êxitos sociais alcançados em seus países".

No que diz respeito ao segundo tema de destaque da reunião, Lula sugeriu que os Bancos Centrais de ambos os países investigassem a viabilidade de um mecanismo bilateral de pagamentos em moeda local, como aquele criado entre Argentina e Brasil (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 3, No. 17, 29 set. 2008). Segundo o Presidente brasileiro, a medida contribuiria para reduzir a "dependência de dólares" dos negócios bilaterais, uma vez que reduziria os custos financeiros e as comissões cobradas no intercâmbio do dólar.

Com vistas a dinamizar as relações bilaterais em todos os níveis, os Presidentes decidiram criar dois mecanismos de diálogo. O primeiro deles, a Comissão Bilateral, visa à coordenação de políticas e é constituída pelos Ministros de Relações Exteriores de ambos os países. Com base no Memorando de Entendimento assinado pelos Presidentes ao final da reunião, a referida Comissão conduzirá um amplo programa de trabalho a fim de consolidar uma associação bilateral especial. A primeira reunião da Comissão está prevista para o primeiro semestre de 2009 e será realizada na Colômbia. O segundo mecanismo criado por meio do Memorando foi a Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, da qual participarão vice-Ministros de Comércio e Ministros de Relações Exteriores. Tal Comissão objetiva aprofundar as relações econômicas e comerciais e solucionar eventuais dificuldades no comércio bilateral.

Com a paralisia no processo de aprovação do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos da América e Colômbia, este país parece apostar no Brasil como parceiro comercial capaz de reduzir sua vulnerabilidade frente à crise. As medidas anunciadas após a visita de Uribe constituem uma aproximação nesse sentido.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

El Tiempo. *Lula No Quiere Negocios En Dólares*. (18/02/2009). Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-3322822>>. Acesso em: 28 fev. 2009.

El Tiempo. Brasil, *La Apuesta Comercial De Uribe*. (17/02/2009). Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-3321331>>. Acesso em: 28 fev. 2009.

Ministério do Comércio, Indústria e Turismo. *Encuentro con empresarios, eje de la visita oficial a Brasil*. (28/02/2009). Disponível em: <<http://www.mincomercio.gov.co/eContent/NewsDetail.asp?ID=6900&IDCompany=1>>. Acesso em: 28 fev. 2009.

Presidencia de la República de Colombia. *Comunicado No. 241*. (17/02/2009). Disponível em: <<http://web.presidencia.gov.co/comunicados/2009/febrero/241.html>>. Acesso em: 28 fev. 2009.

Valor Econômico. *1b Uribe pede para Brasil investir mais na Colômbia*. (17/02/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=548090>. Acesso em: 28 fev. 2009.

Países andinos parcialmente satisfeitos com 1ª Rodada de negociação com a UE

Propriedade intelectual (PI), união aduaneira, direitos humanos e banana foram os principais temas abordados na 1ª Rodada do Acordo de Associação Comercial entre União Europeia (UE) e Colômbia, Equador e Peru, conhecido também como Acordo Multipartite de Comércio com a UE.

As autoridades expressaram satisfação com relação ao bom ritmo observado nas negociações, ao final das quais a UE consolidou as condições tarifárias dos produtos de pesca, mineração e indústria – beneficiados pelo Sistema Geral de

Preferências Ampliado (SGP+). Segundo fontes oficiais, as negociações poderão terminar em setembro e o acordo comercial será concluído antes do final deste ano.

Avanços importantes foram alcançados durante as negociações que ocorreram entre os dias 9 e 13 de fevereiro. Dentre estes, destacam-se o estabelecimento de um Grupo de Trabalho para o Fortalecimento das Capacidades Comerciais dos países andinos e os acordos em matéria aduaneira e facilitação de comércio.

O tema da banana, entretanto, representa um desafio importante, na medida em que os países estão negociando em velocidades distintas e em conformidade com seus interesses nacionais. O Equador, por exemplo, espera uma oferta de acesso a mercados melhorada por parte da Europa. Por outro lado, Santiago Pardo, negociador colombiano, afirmou ter recebido uma proposta bilateral favorável sobre o tratamento comercial que a banana teria ao ingressar no bloco europeu.

Em outros aspectos da rodada, os negociadores peruanos ressaltaram, em tom positivo, o fato de a UE ter deixado em aberto a possibilidade de excluir da negociação os produtos agrícolas e alimentícios que recebem subsídios. Contudo, tais negociadores mostraram-se preocupados com a posição vantajosa da Europa na área de PI: a UE teria pedido a extensão do período de proteção para os “dados de prova” a 11 anos – o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos da América (EUA) prevê apenas 5 anos. Os dados de prova referem-se à informação de tipo técnica (provas, testes clínicos etc.) fornecidos pela empresa farmacêutica à entidade competente na comercialização de fármacos. Além disso, o bloco teria buscado ampliar o prazo de proteção de patentes em 5 anos adicionais aos 20 já disponíveis no acordo mencionado.

Críticas em diversos temas

Apesar do entusiasmo demonstrado pelas autoridades, analistas têm mostrado preocupação com relação à repetição de erros cometidos no

passado – referindo-se aos TLCs negociados por Colômbia e Peru com os EUA –, pois o novo acordo poderia apresentar os mesmos resultados, ou mesmo mais desvantajosos para os países andinos em temas como PI. Outras críticas giraram em torno da falta de transparência do processo frente à população.

Alejandra Alaysa, Coordenadora Executiva da Rede Peruana por uma Globalização Equitativa, sustenta que as altas ambições da UE em PI e serviços poderiam enfraquecer ainda mais o processo de integração andino. Nesse mesmo sentido, o Vice-Ministro de Comércio Exterior da Bolívia, Pablo Guzmán Laugier, assegurou que a posição de Bruxelas em matéria de PI está mais “dura” em relação ao passado.

Enquanto isto, Germán Umaña, catedrático da Universidade Nacional da Colômbia, considerou um erro deixar de lado temas como direitos humanos para avançar somente em questões comerciais. Da mesma forma, a Senadora pelo Partido Liberal da Colômbia, Cecilia López, acredita que esse acordo abrirá as portas para a violação dos direitos humanos, ao fazer alusão à recente política migratória da UE.

No que se refere à banana, alguns representantes do setor na Colômbia criticaram o fato de a proposta da UE prejudicar tudo aquilo que se havia conseguido no “Acordo sobre Banana”, realizado em julho de 2008 durante a reunião mini-ministeral em Genebra.

No tema PI e acesso a medicamentos, Germán Holguín, Coordenador da “Aliança Comunidade Andina - UE pelo acesso a medicamentos” criticou os prazos prolongados buscados pela UE e pediu maior rigidez nas penas por violações a direitos de PI, dentre as quais se incluem fortes medidas de fronteira que afetariam os medicamentos genéricos. Holguín também ressaltou que “a proposta da UE é inadmissível, pois vai muito além dos padrões dos países andinos no TLC com os EUA e representa, ainda, níveis maiores de proteção do que os existentes na própria UE. Trata-se de uma proposta TLC plus, CAN plus e UE plus.

Primeiro o Peru?

Antonio Cardoso, chefe da delegação da Comissão Europeia em Lima, sugeriu ser bem provável que a UE esteja concluindo o acordo comercial primeiramente com o Peru. Isto poderia ocorrer, pois o governo peruano tem mostrado interesse em concluir as negociações o quanto antes. O funcionário europeu assegurou, ainda, que seriam tomados em conta os ritmos de cada país.

Nesse sentido, o governo equatoriano emitiu um comunicado no qual enfatizou que o acordo comercial negociado com a UE respeitará, entre outros limites, aqueles impostos pela nova Constituição Política, assim como pelas políticas de desenvolvimento e pelas sensibilidades demonstradas pelo Equador em certos temas.

Por fim, a 1ª Rodada de negociação do Acordo de Associação Comercial agravou ainda mais as já deterioradas relações entre Bolívia e Peru, a ponto de o Presidente peruano, Alan García, ter acusado sua contraparte boliviana, Evo Morales, de desejar retardar as negociações ao impor seu ponto de vista aos três países da Comunidade Andina que já decidiram negociar com a UE.

A próxima rodada de negociações será realizada entre os dias 23 e 27 de março em Lima, Peru.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quinzenal* Vol. 6, No. 3 - 24 fev. 2009.

BREVES MULTILATERAIS

PNUMA promove New Deal Verde

Preocupado com a possibilidade de que a crise econômica desvie os esforços das iniciativas voltadas a combater as mudanças climáticas (MCs), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) reforçou a proposta da iniciativa alcunhada *New Deal Verde*. O projeto, cujo nome remete ao plano empreendido para reerguer os Estados Unidos da América (EUA) durante a crise na década de 30, tem como escopo direcionar os esforços de recuperação à garantia

da sustentabilidade na formação da nova configuração econômica e produtiva.

No relatório de lançamento oficial da proposta, divulgado no último mês, a preocupação em defender os objetivos do *New Deal Verde* em meio ao instável cenário econômico atual, é explicitada no trecho: “Face às consequências econômicas de uma crescente recessão mundial, pode parecer supérflua a preocupação com políticas que objetivem reduzir a dependência em relação ao carbono e a degradação ambiental. Tal conclusão, contudo, é tanto falsa como enganadora”.

Com base no argumento de que a crise não deve servir de entrave ao progresso da agenda ambiental, o documento destaca três focos para as metas do *New Deal Verde*: (i) revitalizar a economia mundial, criar empregos e oportunidades, bem como proteger os grupos vulneráveis; (ii) reduzir a dependência em relação ao carbono, a degradação ambiental e a escassez de água; e (iii) alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tais como eliminar a pobreza extrema até 2025. Ainda, o relatório ressalva que as políticas embasadas nos objetivos apontados não somente contribuiriam para a criação de uma economia mais verde, como também para o estímulo ao crescimento econômico e a criação de empregos, de forma a colaborar para uma recuperação sustentável.

Exemplo dessa tese encontra-se no quadro com dados acerca da capacidade de criação de empregos das políticas voltadas para o transporte que utilizem tecnologias de redução do uso de carbono. Segundo dados compilados no relatório, a produção de veículos com alta eficiência de combustível e uso de energia alternativa podem gerar mais de 3,8 milhões de empregos em todo o mundo. Outros 10 milhões poderiam ser criados com a expansão do cultivo de grãos para a produção de biocombustíveis, a qual envolve, atualmente, 1,2 milhão de postos de trabalho.

No último encontro do Conselho do PNUMA, realizado em Nairóbi, Quênia entre 16 e 20 de fevereiro, Achim Steiner, diretor-executivo do Programa, chamou atenção para as oportunidades apresentadas pela crise econômica. Em seu discurso de abertura, Steiner citou a dimensão sem precedentes dos recentes pacotes de estímulo à

economia – e a rapidez com que os recursos foram mobilizados – como ilustração da capacidade de resposta dos governos e instituições às necessidades isoladas e conjuntas dos países. O diretor completou que uma iniciativa semelhante deveria se voltar ao tratamento da questão climática, como alguns países têm feito.

Na reunião do Conselho, a proposta do *New Deal Verde* foi colocada como tema que deve constar na pauta dos principais fóruns multilaterais a serem realizados durante o ano. O próximo encontro do G-20, cuja realização está prevista para abril, em Londres, foi citado como oportunidade de iniciar a implementação do *New Deal*. Por meio dessa iniciativa, o PNUMA busca pavimentar o caminho para a Conferência sobre Mudança do Clima de Copenhague, prevista para dezembro.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *A Global Green New Deal – final report*. (16/02/2009). Disponível em: <http://www.unep.org/pdf/GGND_Final_Report.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2009.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Out of the Crisis: Opportunity – UNEP GC 25th Session, Opening Remarks*. (16/02/2009). Disponível em: <<http://www.unep.org/GC/GC25/Docs/ED-POLICY-STAT-FEB2009.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

Reuters. *G20 leaders urged to back "Green New Deal"*. (16/02/2009). Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/environmentNews/idUSTRE51F2OL20090216>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

The Guardian. *Nicholas Stern: Spend billions on green investments now to reverse economic downturn and halt climate change*. (11/02/2009). Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/environment/2009/feb/11/stern-climate-change>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

OMC sugere ao Japão aumentar a produtividade

Ao se deparar com um decréscimo de 3,3% de seu Produto Interno Bruto (PIB) no último quadrimestre de 2008, o Japão poderá enfrentar recessão de proporções inéditas durante o próximo ano – afirmou o relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído na última semana, sobre a revisão das políticas comerciais japonesas (*Trade Policy Review*, disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp311_e.htm).

Se, por um lado, o relatório elogiou o fato de o Japão ter liberalizado seu regime comercial durante os últimos dois anos, recomendou, por outro lado, que Tóquio continuasse a promover reformas estruturais para reduzir os custos de transação e incentivar a recepção de investimentos diretos estrangeiros. As reformas poderiam aumentar a competitividade do país e estimular a produtividade, que perdeu posições diante de outros grandes países industrializados, afirmou o relatório.

Aumentar a produtividade é particularmente importante em função dos riscos oriundos do envelhecimento da população japonesa e do consequente declínio da força de trabalho, segundo o relatório.

O Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais da OMC, que se reuniu nos dias 18 e 20 de fevereiro para discutir o relatório, notou que a retomada econômica do Japão dependerá largamente da taxa de crescimento da economia global e dos preços de energia e matérias primas. O relatório também previu que os efeitos adversos da desaceleração global poderão ser exacerbados pela recente apreciação do Yen.

O setor agrícola japonês permanece protegido da competição estrangeira, fato que está afetando o potencial de crescimento do país, segundo conclusões da OMC. Durante as discussões sobre o relatório, a representação brasileira foi incisiva ao apontar o caráter nocivo das barreiras e subsídios agrícolas praticados pelo Japão. O

embaixador Roberto Azevedo afirmou que o comércio entre os dois países é relativamente limitado: nunca ultrapassou a marca dos US\$ 7 milhões. Azevedo atribuiu esta limitação às barreiras enfrentadas por produtos brasileiros – no Japão, há picos tarifários que chegam a 783% para ervilhas, 543% para óleos, 290% para alimentos preparados e 225% para certos produtos lácteos. Cerca de 8% das tarifas aplicadas pelo Japão são sujeitas a cotas (produtos como arroz, leite, trigo e lácteos), existindo ainda volumosos subsídios internos à produção destes bens.

Apesar de tudo, o relatório reconhece que Tóquio iniciou uma mudança – substituir tarifas, que promovem inflação de preços, pela garantia da renda dos produtores agrícolas, política considerada menos distorciva ao comércio.

A OMC elogiou o fato de que o Japão manteve seus mercados abertos durante a turbulência econômica. O relatório notou que o Japão não introduziu medidas comerciais protecionistas desde o início da crise financeira em setembro. Além disso, o relatório reconheceu que, em várias ocasiões, Tóquio se declarou comprometida a resistir ao protecionismo.

A OMC examina as políticas comerciais de seus Membros em intervalos regulares, sendo que o último relatório referente ao Japão datava de 2007.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly*, Vol. 13, N. 7 - 25 fev. 2009.

Fonte consultada:

Valor Econômico. *Brasil acusa Japão de protecionismo na OMC*. (19/02/2009). Disponível em <<http://www.valor.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 09.

BREVES REGIONAIS

Desavenças comerciais entre Brasil e Argentina permanecem

A reunião de dois dias, ocorrida em Brasília, entre os Chanceleres da Argentina, Jorge Taiana, e do Brasil, Celso Amorim, não produziu nenhum acordo relativo aos recentes conflitos comerciais envolvendo acusações de protecionismo entre os dois países – Taiana afirmou que Brasil e Argentina não revogariam as restrições às importações adotadas ao longo dos últimos meses – deixando a entender que seriam equivalentes às medidas adotadas pelos dois países. Dentre os resultados concretos da reunião, menciona-se apenas a criação de um grupo de trabalho para o monitoramento do comércio bilateral, com o objetivo de encontrar soluções “criativas” para evitar o protecionismo.

As barreiras argentinas às importações se multiplicaram com voracidade desde o início da crise financeira internacional, no segundo semestre de 2008. Buenos Aires suspendeu as licenças automáticas de importação referentes a 1200 produtos, e elevou os preços de referência para 120 deles. Segundo o argumento oficial, as medidas teriam como objeto as importações chinesas, mas muitos dos produtos afetados são provenientes do Brasil, como no caso dos talheres de aço, sobre os quais passou a ser aplicada uma sobretaxa de 413%.

A conjunção dos efeitos da crise com a adoção de tais medidas protecionistas provocou diminuição das exportações brasileiras à Argentina. Apenas em janeiro, tais exportações caíram 51%, em relação a janeiro de 2008, atingindo US\$ 641 milhões. As exportações argentinas ao Brasil também foram reduzidas, mas em menor ritmo: 46% na comparação interanual, para US\$ 608 milhões.

Sob o ponto de vista argentino, as medidas estariam justificadas pela situação da balança comercial bilateral: há 70 meses, a Argentina registra déficit frente ao Brasil, de modo que deveria instaurar medidas para combater a evasão fiscal e o subfaturamento. Em 2008, o déficit comercial argentino foi de US\$ 4,3 bilhões. O Chanceler argentino, Jorge Taiana, sustentou que o Brasil também faz uso de mecanismos protecionistas, travestidos em iniciativas para a desoneração da produção e em empréstimos do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a taxas subsidiadas.

Segundo o acadêmico Gustavo Segre, o descontentamento brasileiro baseia-se, entre outras razões, no fato de que as limitações argentinas às importações não são concebidas no marco de uma política de substituição de importações. Ao contrário, a Argentina continuará necessitando importar os produtos em questão, de modo que as medidas restritivas produzirão um “desvio de comércio” ao benefício de importações provenientes de terceiros países – concretizando, de certa forma, um “regionalismo às avessas”.

Para o Brasil, também não seria aceitável justificar uma medida protecionista com base no caráter deficitário da balança comercial. Este déficit teria origem, em parte, nas limitações às exportações instauradas pelo próprio governo argentino durante o ano passado. A solução definitiva para combater déficits comerciais estaria, segundo sustentado por analistas brasileiros, no aumento da produtividade e competitividade das exportações argentinas. Tais metas, argumenta-se, foram negligenciadas pelo atual governo daquele país, que promoveu poucas mudanças na indústria e na infra-estrutura argentina nos últimos 10 anos.

A posição oficial da diplomacia brasileira permanece refratária às retaliações comerciais contra o país vizinho, visto que seriam contra-producentes aos interesses econômicos do país. O objetivo seria encontrar formas mútuas de resolução dos problemas, em oposição ao unilateralismo. Como propostas, além do estabelecimento de uma comissão bilateral para o monitoramento do comércio, os Ministros advogaram pela criação de mecanismos comuns de defesa comercial no âmbito do Mercosul. Tais mecanismos poderiam constituir uma resposta conjunta ao protecionismo dos países ricos, afirmou Celso Amorim, a exemplo daquele “inserido em pacotes econômicos”.

Enquanto isso, no plano bilateral, a próxima tentativa de resolução dos conflitos ocorrerá no dia 4 de março, em Buenos Aires. Nesta data, se reunirá o referido grupo técnico, com a meta de elaborar uma proposta para a reunião dos presidentes de ambos países, prevista para o dia 20 de março, em São Paulo.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 6, N. 3 - 24 fev. 2009.

Fontes consultadas:

BBC Brasil. *Brasil e Argentina criam força-tarefa antiprotecionismo*. (18/02/09). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/02/090217_brasilargentina_fa.shtml>. Acesso em: 01 mar. 09.

Folha de São Paulo. *Argentina diz que manterá barreiras comerciais contra o Brasil*. (17/02/09). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u505563.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 09.

O Estado de São Paulo. *Nova barreira argentina*. (27/02/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=551179>. Acesso em: 01 mar. 09.

O Estado de São Paulo. *O Brasil curvou-se de novo*. (19/02/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=548961>. Acesso em: 01 mar. 09.

Valor Econômico. *Importação da Argentina vira alvo de debate*. (20/02/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=549274>. Acesso em: 01 mar. 09.

Impasses nas negociações de APE entre África central e UE

Após as negociações realizadas entre África Central e União Europeia (UE) de 3 a 10 de fevereiro, em Libreville, Gabão, as divergências relacionadas à assinatura de um Acordo de Parceria Econômica (APE) foram aprofundadas.

A principal constatação feita a partir do teor das negociações é de que a lacuna entre as duas partes tem aumentado gradualmente. Muitos pontos sensíveis foram abordados, mas, ao final, as

posições adotadas pelas partes não se inclinaram na direção da assinatura do acordo. Tal divergência se tornou evidente no debate de alguns temas em especial: a proposta de liberalização, a cláusula da nação mais favorecida (NMF) e os mecanismos de cooperação.

No que diz respeito ao acesso a mercados, a África central evoluiu de uma proposta de 60% em 25 anos para 71% em 20 anos. Descontente com tal oferta, a UE propôs liberalização de 80% em 15 anos. Sob o argumento de que oferece, em contrapartida, 100% de acesso a seu mercado, a UE espera que os países africanos aprimorem – sem demora – sua oferta nesse sentido.

A cláusula NMF constituiu outro ponto de divergência. Inicialmente, a África central recusou-se de todas as formas a incluir a referida cláusula no acordo, pois acredita que esta impediria que os países africanos negociassem preferências junto a outros parceiros, notadamente aqueles do Sul. No entanto, a parte africana aceitou incluir a cláusula NMF sob a condição de que o tema do desenvolvimento seja suficientemente considerado no acordo. Como a UE oferece acesso total a seu mercado, interessa-lhe a presença da cláusula como garantia de que a África central não negociará preferências com outros parceiros sem que o bloco europeu se beneficie disso.

A cooperação foi o terceiro tema em relação ao qual se tornaram evidentes as divergências entre as partes. Com efeito, a África central insistiu bastante sobre a necessidade de reforço de suas capacidades, bem como sobre a insuficiência do montante destinado à região e a porcentagem de apoio ao APE. Os países da África central estimaram, no documento de orientação conjunta (DOC), suas necessidades em torno de € 12,5 bilhões sobre a base de liberalização de 71%, alcançada em um período de 20 anos. Diante disso, a UE vinculou a concessão de fundos adicionais à redução das prioridades africanas.

Questões como impacto fiscal líquido, regras de origem, bem como os temas da agenda de Cingapura, também foram abordadas. Quanto a este último ponto, sob pretexto de coerência, a região decidiu não os incluir, uma vez que tais temas se encontram bloqueados na Organização

Mundial do Comércio (OMC); ao invés disso, concentrou-se no aprofundamento da integração.

À luz dessas divergências, a sociedade civil da África central afirmou que esta região “não está pronta” para concluir um APE com a UE. “É preciso que sejam feitas reformas profundas” anteriormente, declarou Jacob Kotcho, membro da Plataforma de atores não-estatais da África central (PANEAC). A abertura aos mercados favorável a um APE significa, para muitos, “perdas de receitas aduaneiras”, compensadas por outros meios. “Essas medidas de apoio constituem uma das principais preocupações de nossos Estados”, afirmou. A PANEAC também lamentou a assinatura, em janeiro, de um APE “temporário” entre UE e Camarões, uma vez que este “abalou a dinâmica regional”.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Passerelles Synthèse*, Vol. 10, No. 3 - 17 fev. 2009.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

03 e 04 de março

Reunião do Conselho sobre aspectos de Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio (TRIPS)

04 de março

Reunião do Comitê sobre acordos comerciais regionais

09 de março

Reunião do Mecanismo de revisão de políticas comerciais – Brasil

12 de março

Reunião do Comitê sobre agricultura

13 de março

Reunião do Comitê sobre comércio e desenvolvimento

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>.

03 de março

Reunião sobre a implementação de medidas de facilitação do comércio – mecanismos, técnicas e preocupações

10 a 11 de março

Reunião de experts sobre a promoção de gênero na política comercial

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:

<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>.

09 a 13 de março

CXL Reunião do CT nº 1 “Tarifas, nomenclatura e classificação de mercadorias”.

Local: Assunção, Paraguai.

09 a 11 de março

CVI Reunião ordinária da Comissão de Comércio

Local: Montevideo, Uruguai.

10 a 11 de março

XLIII Reunião técnica de incorporação da normativa

Local: Assunção, Paraguai.

10 a 12 de março

Reunião do Grupo de trabalho nº 8 “Agricultura”

Local: Assunção, Paraguai.

10 a 11 de março
Seminário regional de formação de pares avaliadores
Local: São Paulo, Brasil.

10 a 11 de março
XLIII Reunião ordinária do Grupo de trabalho nº 2 “aspectos institucionais”
Local: Assunção, Paraguai.

Cepal

Local: Santiago, Chile.

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=3&agno=2009>>.

09 de março
Diálogo da América Latina e Caribe sobre o caminho até Copenhague – A negociação sobre a mudança climática em 2009

11 de março
Reunião de especialistas “Boa governança corporativa e o desenvolvimento do mercado de capitais”

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

01 e 02 de março
Reunião extraordinária dos Ministros de Finanças Ibero-Americanos
Local: Porto, Portugal.

02 e 03 de março
Mesa redonda sobre a reforma do mercado de capitais na Ásia
Local: Tóquio, Japão.

04 de março
Seminário “Governança corporativa após a crise financeira”
Local: Tóquio, Japão.

09 de março
Divulgação de estatísticas OCDE: Índices harmonizados de desemprego

Local: Paris, França

04 de março
Seminário “Governança corporativa após a crise financeira”
Local: Tóquio, Japão.

10 de março
Conferência “Parcerias de sucesso para o crescimento da África”
Local: Dar es Salaam, Tanzânia.

13 de março
Mesa redonda sobre desenvolvimento sustentável
Local: Paris, França.

Informações Úteis

UE deverá impor tarifas sobre importação de biodiesel dos EUA

A UE deverá impor, em breve, tarifas anti-*dumping* e anti-subsídios contra o biodiesel produzido pelos EUA. A medida ocorre após uma série de reclamações feitas pelo Conselho Europeu sobre Biodiesel, órgão que sustenta que os subsídios estadunidenses aplicados sobre a indústria doméstica de biodiesel prejudicam injustamente os concorrentes europeus no mercado europeu. Caso a Comissão Europeia (CE), órgão executivo da UE, decida, em sua reunião de 3 de março, impor as tarifas, as medidas estarão em vigor por seis meses, de acordo com documento da CE. Para que a imposição de tarifas adquira caráter permanente, tal decisão precisará da aprovação dos governos nacionais. Para mais informações, ver:
<<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/41654/>>.

OMC oferece oportunidade nas Divisões de Agricultura e Meio-Ambiente

As divisões de Agricultura e Meio-Ambiente da OMC estão com processos seletivos abertos para os cargos de Counsellor e Economic Affairs Officer. As informações respectivas a cada uma das posições podem ser encontradas em:

http://www.wto.org/english/thewto_e/vacan_e/vacan_e.htm
http://www.wto.org/english/thewto_e/vacan_e/vn_e/f0905_e.pdf. Para informações adicionais, bem como outros cargos, ver: http://www.wto.org/english/thewto_e/vacan_e/vacan_e.htm.

Encontro anual da ASIL

O encontro anual da Sociedade Americana de Direito Internacional (ASIL, sigla em inglês) ocorrerá entre os dias 25 e 28 de março em Washington DC, EUA. A edição de 2009 do evento será organizada em torno da temática “International Law as Law”. A programação do encontro é fechada, ou seja, não há chamada para submissão de artigos. As informações sobre custos serão disponibilizadas em breve no site da ASIL. Para mais informações: <http://www.asil.org/annual-meeting.cfm>.

Encontro da *Law and Society Association*

A Associação de Direito e Sociedade (*Law and Society Association*) realizará seu encontro anual entre os dias 28 e 31 de maio em Denver, EUA. Embora o prazo para o envio de trabalhos tenha sido encerrado, ainda é possível realizar a inscrição para comparecer ao evento. Para mais informações, ver: <http://www.lawandsociety.org/>.

Projeto Pensando o Direito está com inscrições abertas

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL) abriram inscrições para o Projeto Pensando o Direito (BRA/07/004), relativo à Democratização de Informações no Processo de Elaboração Normativa. Os interessados em participar devem enviar suas propostas de projeto até 13 de março. Para mais informações, ver: <http://www.mj.gov.br/sal>.

Programa de pesquisador visitante da Universidade d’Auvergne

A Universidade d’Auvergne (França) abriu vagas para jovens pesquisadores em pós-doutorado nas

áreas de Direito e Ciência Política, Economia e Gestão. As bolsas totalizam € 23.497,20 para o período de permanência máximo, equivalente a 12 meses. O prazo para envio de candidaturas estende-se até 31 de março. Para mais informações, ver: <http://www.uclermont1.fr/appel-d-offres-srv.html>.

Direito GV contrata pesquisadores em áreas diversas

A Coordenadoria de Pesquisas da Direito GV abriu processo seletivo para a contratação de pesquisadores em tempo integral nas seguintes áreas: (i) pena e crime; (ii) direito e desenvolvimento, com ênfase em negócios; e (iii) direito e desenvolvimento com ênfase em instituições do Estado de Direito e desenvolvimento político e social. O processo é aberto para mestrandos e doutorandos, em direito ou em alguma das ciências humanas. Será dada preferência aos candidatos que tenham experiência em pesquisa interdisciplinar e que já possuam vivência acadêmica em outros centros de pesquisa, nacionais ou internacionais. É indispensável o domínio da língua inglesa. As inscrições deverão ser encaminhadas unicamente por meio eletrônico até 19 de março para csp.direitogv@fgv.br, identificadas pelo título “Processo Seletivo para Pesquisador na Área _____”. O edital, bem como informações adicionais, está disponível em: <http://www.direitogv.com.br/default.aspx?PagId=HTICVQTP&ID=104>.

Fullbright: programa oferece bolsa nos EUA a professores ou pesquisadores

A Fullbright abriu inscrições para a concessão de até vinte bolsas nos EUA a professores ou pesquisadores brasileiros. As bolsas possuem valor mensal de US\$ 3.000 e são concedidas por um período de até quatro meses. Além disso, os beneficiários recebem auxílio instalação (US\$ 3.000), seguro saúde, e passagem aérea de ida e volta. A data limite de envio de candidaturas é 31 de março de 2009. Para mais informações, acessar:

<http://www.fulbright.org.br/bolsas14>; ou enviar e-mail para rejaniam@fulbright.org.br.

Fundação Ford abre seleção na área de direitos humanos e cidadania

A Fundação Ford abriu inscrições para o processo seletivo para o cargo de oficial de programas na área de Direitos Humanos e Cidadania no Chile. Os candidatos devem apresentar formação em Ciências Sociais ou Direito, experiência na área de direitos humanos, conhecimentos sobre a sociedade, cultura e história latino-americana, inglês e espanhol fluentes habilidade estratégica e analítica. Os interessados devem enviar currículo e carta de apresentação até 31 de março, para 320 East 43 Street, New York, NY, 10017-4890, a/c Sheila Gordon.